
O TOPÔNIMO “GOYAZ”

ANTÓN CORBACHO QUINTELA*

RESUMO

O artigo procura esclarecer a origem do topônimo “Goiás” e seu processo de fixação através das diversas variantes gráficas que recebeu até o estabelecimento da sua forma atual.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia, etimologia, história de Goiás.

Constitui um tradicional tópico, geralmente aceito, afirmar que o topônimo “Goiás” tem a sua origem no gentílico de uma presumível tribo ou nação aborígine formada por silvícolas de simbólica nomenclatura para o Estado de Goiás denominados “goyazes”, “guayazes”, “guaiás”, “guoyá”, “goyá” ou “goiá”. Estes indígenas teriam tido seu principal assentamento no Mato Grosso goiano, concretamente às margens da nascente do rio Vermelho nas vizinhanças da Serra Dourada, região escolhida como a paragem ideal para a fundação do *Arraial ou Povoado de Sant’Anna* por Bartolomeu Bueno da Silva, o filho.

Os índios “goyazes”, “guayazes”, “guaiás”, “guoyá”, “goyá” ou “goiá” ter-se-iam misteriosamente extinguido, sem deixar o menor rasto, pouco tempo após a chegada do Anhangüera II, dizimados pelo violento embate com os sertanistas dessa primeira grande bandeira de ocupação e exploração ou miscigenados com esses paulistas bandeirantes. De qualquer forma, é inevitável supor que sua influência, real ou simbólica, sobre os primeiros colonizadores deve ter sido impactante, já que fez com que essa parte do sertão desbravado recebesse a denominação de “Goiás”.

* Mestre em Letras e Professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: corbacho@rocketmail.com

Esse argumento, sumariamente exposto, é a informação predominante na documentação que apresenta a origem e o significado do vocábulo “Goiás”. Tanto as publicações de caráter informativo quanto os documentos oficiais e os trabalhos especializados reiteram essa explicação que vincula o nome do Estado de Goiás à designação utilizada para identificar os índios que povoavam as terras da nascente do rio Vermelho e a região próxima da Serra Dourada.

Tal discurso começa a parecer obscuro e estranho se o interesse no topônimo conduzir à necessidade de coleta de dados mais precisos e informações minuciosas. Nesse caso a primeira dificuldade encontrada pelo cidadão curioso consistirá na ausência de detalhes, tanto nas publicações acadêmicas quanto nas fontes primárias divulgadas, a respeito dos índios que teriam emprestado seu nome para batizar o território que eles diacronicamente povoaram e que estava sendo incorporado ao mundo ocidental conhecido pelos intrépidos bandeirantes, ávidos de riquezas.

A premissa etimológica da qual se parte, a modo de hipótese, na presente pesquisa, está contida na entrada que o vocábulo “goiano” ostenta na lexicografia brasileira. O *Houaiss* (2001, p. 1462), último dicionário canonizado da língua portuguesa do Brasil, traz a seguinte definição, que preenche a patente lacuna etimológica observável nos verbetes do *Aurélio* (1999, p. 995):

goiano *adj. s. m.* (1881 cf. CA) relativo ao Estado de Goiás, estado do Brasil, ou o que é seu natural ou habitante. ETIM top. *Goiás + ano*; segundo Nasc., o top. É der. Do nome dos índios guaiás, por corruptela *Goiás*, do tupi *gwa* e *ya* ‘indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça’; f. hist. 1908 *goyano*.

Embora fornecendo menor informação e sem apresentar uma concreta referência etimológica, o *Michaelis* (1998, p. 1040) também insere na definição do termo “goiá” uma alusão ao seu substrato indígena, da seguinte forma:

goiá *adj* *Etnol* Relativo à lendária tribo dos Goiás. *s m + f* Indígena dessa tribo. É comum, nesta palavra, o uso do chamado plural de compensação: *goiases* (em vez de *goiás*).

O historiador Paulo Bertran, em sua análise das bandeiras que se aventuraram no sertão goiano durante o século XVI, também menciona o significado etimológico que se associa ao gentílico “goyá”. Afirma este autor (2000, p. 43):

Da expedição de Domingos Rodrigues [1597] sabe-se ter trazido do sertão uma índia “Guayá” ou da “nação Guoyá”, de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia. De fato o famoso índio Goiá, uma quase ficção etnográfica que deu seu nome ao Estado de Goiás, ainda habitava, um século depois, a região do rio Vermelho, onde fundou-se a cidade de Goiás. A raiz semântica guayá e goyá, explica Teodoro Sampaio, vem do tupi “gente da mesma raça”, “parecido”, “indivíduo semelhante”. Seria portanto um grupo Tupi-Guarani no universo Jê do Brasil Central?

Assim, o termo *Goyá* é apresentado como oposição a *Tapuia*, sendo ambos de origem lingüística Tupi. O índio *Goyá* seria o indivíduo semelhante ao Tupi enquanto a denominação genérica *Tapuia* englobaria todos os povos indígenas de procedência não Tupi-guarani – principalmente aqueles do interior – ou todos aqueles grupos tribais cujas línguas pertenciam a outro tronco lingüístico.

Poder-se-ia, então, concluir que os Tupi do litoral possuíam dois termos, um para se referirem ao povo com o qual encontravam afinidades lingüísticas, gentílicas e etnológicas e outro em que incluíam o *gentio bárbaro ou inimigo*, o *gentio de língua travada*?

Por outro lado, é pertinente intuir que os índios classificados como *Goyá* reconheciam a si mesmos nessa denominação, ou esse era tão só o nome com o qual eram identificados pelos Tupi? Seriam os *Goyá* os índios sertanejos de idiosincrasia Tupi cercados pelos Kayapó do sul no Brasil Central?

Neste artigo pretende-se discutir a justificativa exposta consuetudinariamente para enunciar a raiz etimológica indígena, presumivelmente Tupi, do topônimo “Goiás”. Para tanto, serão apresentadas, em primeiro lugar, as variadas e, às vezes, contraditórias, versões publicadas em relação à gênese e total desaparecimento dos índios Goyá. Por outro lado, tentar-se-á esclarecer o processo de fixação oficial do topônimo Goiás para nomear uma parte do sertão. Finalmente, serão criticadas as explicações etimológicas desenvolvidas por linguistas e filólogos ao redor do termo Goiás. Todavia, este artigo não procura responder categoricamente essas questões fundamentais, limitando-se a expor e glosar as múltiplas versões dadas a elas.

A PALAVRA

Em primeiro lugar, deve-se notar que a atual forma *Goiás* substituiu a histórica *Goyaz*¹ como designação do topônimo do Estado a partir de 1943, em decorrência da vigência oficial das normas do *Formulário Ortográfico*, consubstanciadas no *Vocabulário Ortográfico*, publicado nesse mesmo ano.

Por outro lado, pode-se constatar que as explicações mais frequentes sobre a origem do vocábulo, convertidas em recorrente tópico, baseiam-se fundamentalmente na exposição apresentada em 1812 pelo Pe. Luiz Antônio de Silva e Souza (1967, p. 7): “Consta, por tradição antiga, que Manuel Corrêa foi o primeiro, que ambicioso deste lucro chegou até o lugar dos famigerados Araes desta Capitania, a que depois do Gentio Goya, habitante do lugar de maior riqueza, fez dar o nome que ainda conserva, de Goiás.”

A respeito da trajetória percorrida pelo topônimo no processo de sua fixação, a historiadora Marivone Matos Chaim (1974, p. 103) afirma que durante o período colonial a denominação “Minas dos Goyazes” era a forma pela qual o território goiano era conhecido. Todavia, se se analisar a documentação oficial relativa a Goiás emitida ao longo do

século XVIII, observa-se que não se emprega com exclusividade um único topônimo quando se faz referência à região goiana. À guisa de exemplo, basta consultar as *Cartas dos Governadores in 'Registro do Caminho Novo de Parati,*² emitidas entre 1724 e 1736 e recopiladas por Tomé Gomes Moreira, com data de 23/12/1744. Nessas *Cartas* (GOMES, 1980, p. 33-55), Antonio da Rocha Machado, funcionário da Secretaria do Governo do Rio de Janeiro, utiliza o termo “Goyás”; porém, nas cópias dos escritos dos Capitães-Generais Rodrigo César de Menezes (de 5/9/1721 a 14/8/1727) e Antonio Luiz de Távora, Conde de Sarzedas (1732-1739), emprega-se indiscriminadamente tanto o termo “Guayazes” – sertão dos Guayazes, pessoas dos Guayazes, minas dos Guayazes – quanto “Goyazes” – descobrimentos dos Goyazes, minas dos Goyazes, sertões que confinam com os dos Goyazes, ouro dos Goyazes.

A diferença entre ambas as formas não obedece a uma evolução na seqüência cronológica de datação das cartas. Ainda que nos documentos que na década de 1720 mandou lavrar Rodrigo César de Menezes só figure a forma Guayazes, nos documentos da década de 1730 do Conde de Sarzedas consta tanto a forma Goyazes quanto Guayazes, aparecendo ambas nas cartas de 1732, constando só a segunda nas cartas de 1733 a 1735, mas voltando a figurarem as duas nas missivas de 1736. Todavia, deve-se precisar que as formas Goyazes e Guayazes nunca são introduzidas alternativamente, em distribuição livre, em um mesmo documento. Essas oscilações podem ser interpretadas como variantes gráficas que obedeciam às variações fonéticas que sofreu o termo durante o século XVIII.

Por outro lado, a forma “Guaiás” foi apresentada por Couto de Magalhães como a que, entre as diversas variantes, possuiria maior legitimidade. A nota de Couto de Magalhães pode ser interpretada como o mais antigo parecer hermenêutico apresentado sobre o vocábulo “Goyaz”. Assim, comenta Couto de Magalhães (1974, p. 24): “Fui nomeado presidente da Província de Goiás (que corretamente se deve escrever Guaiás, como o faziam Anhangüera e os antigos) em fins de

1862”. Porém, essa asseveração de Couto de Magalhães não corresponde às denominações empregadas na época do Anhangüera para se referir seja aos índios seja ao território. Deve-se considerar que o primeiro documento conservado sobre a bandeira do Anhangüera II foi escrito em 14/2/1721 (PALACÍN, 1995, p. 22-23). É a resposta emitida pelo rei D. João V ao pedido de licença de Bartolomeu Bueno da Silva, Domingos do Prado e João Leite da Silva Ortiz para organizarem a bandeira. Nele, D. João V só menciona os “gentios bárbaros” e os “sertões intentados”, sem maior especificação. O seguinte documento mais antigo classificado, *O Regimento da Bandeira do Anhangüera* (PALACÍN, 1995, p. 24-25), também de 1721, refere-se aos novos “descobertos”, àqueles “sertões desta Capitania”, e às “nações de índios”, não indo além desta genérica menção.

Há que aguardar até o 24 de abril de 1725 para encontrar, por fim, uma referência concreta. Esta é a de “sertão dos Goyazes” (PALACÍN, 1995, p. 29), que consta na missiva enviada por Rodrigo César de Menezes, Governador da Capitania de São Paulo, ao rei de Portugal, informando-o da negativa a renunciar à empresa do descobrimento por parte do Anhangüera II, que à frente dos poucos remanescentes de sua expedição, prosseguia obstinadamente à procura das minas dos sertões.

As expressões “Minas dos Guayazes”, ou o genérico “os Guayazes”, são também as formas que se recolhem na única narração conhecida contendo o depoimento de um integrante da bandeira do Anhangüera II, o chamado *Roteiro anhangüerino* (1734).³ “Goiásés” é uma outra variante contida na documentação do século XVIII, embora de representatividade testemunhal perante as acima expostas. Esta última aparece em um manuscrito entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Francisco Adolfo de Varnhagen (TAUNAY, 1981, p. 131-140). Trata-se de uma “Notícia”, que tem como epígrafe: “Das minas do Cuiabá a Goiásés, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juares o Capitão João Antônio Cabral Cameló, sôbre a viagem que fêz às minas do Cuiabá no ano de 1727.”

Pode-se concluir que, por assimilação fonética, a forma Goyazes ter-se-ia imposto sobre Guayazes e que o uso do vocábulo como núcleo de construções substantivas não inseridas em frases preposicionais teria feito com que o singular avançasse na sua consolidação diante do até então predominante plural. Definitivamente, o topônimo Goyaz fez-se hegemônico em toda a documentação oficial a partir da ordem régia de 11 de fevereiro de 1736, que determinava a criação nas minas dos Goyazes de uma comarca dependente do Governo de São Paulo, elevando-se o povoado ou arraial de Sant'Anna à categoria de Vila.⁴

OS ÍNDIOS

Embora deles tenha surgido o nome do Estado, os Goyá⁵ são a nação indígena goiana menos conhecida nas abordagens de pesquisa científica. A não localização de fontes escritas, etno-textos ou documentos figurados e a ausência de produtos nas jazidas arqueológicas vêm impedindo a ampliação de informações sobre os índios que, precisamente, mais foram mitificados sob o ponto de vista folclórico, além de terem sido incorporados à parafernália indigenista que integra o imaginário construído em torno da identidade regional de Goiás. Cabe comentar que a referência mais antiga sobre os índios Goyá é a registrada no supracitado documento colonial relativo à expedição de Domingos Rodrigues ao sertão do rio Paraupava – Araguaia – (1596-1600), quando foi aprisionada uma índia *Guoyá*. Essa referência encontra-se no Inventário de Martins Rodrigues, redigido aos 18 de junho de 1612. Nele aponta-se (SALLES, 1992, p. 54): “Título das peças: uma negra da nação Guoya, escrava de Domingos Rodrigues, de Paraupava, com três filhos, avaliada em 22\$000.”

A explicação clássica de base historiográfica e impressionista mais extensa sobre os índios Goyá figura na exposição realizada por Diogo de Vasconcellos em sua *História Antiga das Minas Gerais*. Embora não cite as fontes consultadas, Vasconcellos, através da recopilação de

supostos documentos esparsos e da interpretação de depoimentos orais, reconstrói diacronicamente a transumância do povo Goyá até chegar aos sertões do Centro-Oeste.

Destarte, o autor menciona a nascente do rio Orenoco como o habitat primitivo dos Goyá. Essa primeira localização teria sido abandonada em uma época remota devido à pressão exercida por uma outra tribo, os *iunços*. Assim, afirma Vasconcellos (1999, p. 103-104):

Sem falarmos, por ora, dos *antes*, que dominaram e denominaram a grande cordilheira, e nem dos *australóides*, irmãos dos tupi, que viviam no Chile, mencionaremos os goiá, que expulsos pelos iunços da nascente do Orenoco, desceram a fio e vieram a se instalar nas terras, que se estendem no Amazonas ao Mar das Antilhas, chamadas por isso de Goianas. Foram estes os primeiros povos do norte, que se encontraram com os tupi no ocidente, enquanto os *antes*, expulsos do Peru, vieram para as regiões do Madeira (*cairari*), e produziram com os mesmos tupis do oriente a raça guarani.

Pacatos, iniciados na agricultura, na cerâmica e nas demais artes do segundo estágio, os goiás teriam francamente atingido a posição imitativa dos maias, sob cuja influência remota despertaram, se em meio da evolução não fossem bruscamente interrompidos, pela invasão dos *carib* (filhos de branco).

[...]

Aterrados os goiás, largaram então em grandes massas a terra do Orenoco, e transpuseram o Amazonas, vindo se instalar no Araguaia, onde proliferaram e possuíram vitoriosamente a região, que de seu nome ficou também se chamando Goiás.

Aí tendo em parte cruzado com os antigos tupis deram origem à raça *goianá* (goiá-parente), que foi a primeira introduzida no amálgama do povo mineiro.

Justifica-se a longa citação porque representa a primeira composição que esboça a exumação da genealogia dos Goyá. Porém esse provável repertório histórico e historiográfico de onde Vasconcellos tirou os dados essenciais que guiaram seus apontamentos estaria composto

por documentos custodiados em arquivos que ainda aguardam que alguém os localize e os faça públicos.

Vasconcellos (1999, p. 104) também informa que o grupo indígena carioca, ou carijó, surgiu do cruzamento, além do Amazonas, dos Goyá com os Caribe. Esses descendentes híbridos nunca teriam conseguido manter um bom relacionamento com os outros sucessores de seus progenitores Goyá – os goianás –, o que deu origem a longas lutas fronteiriças a partir das margens do Rio Tocantins. O enfrentamento constante entre carijós e goianás teria persistido até o período da chegada do conquistador português, que aproveitou essa sempiterna e fatídica discórdia entre inconciliáveis rivais para traçar pactos e alianças em proveito da própria expansão colonial.

Capistrano de Abreu (1982, p. 144), quando analisa as vias abertas pelos bandeirantes paulistas na sua marcha em direção a Cuiabá, registra o encontro que teria havido entre Bartolomeu Bueno da Silva Filho e os índios Goyá às margens do rio Vermelho: “Os descobertos de Cuiabá lembraram a Bartolomeu Bueno da Silva que, uns quarenta anos antes, percorrendo os sertões em companhia de seu pai, o primeiro Anhangüera, vira entre os índios Guaiá pepitas de ouro servindo-lhes de ornato.”

Outra breve alusão aos índios Goyá é introduzida por Sérgio Buarque de Holanda (1994, p. 97), quando se refere às dificuldades que tinham que enfrentar índios e bandeirantes em sua luta diária pela sobrevivência no sertão. Afirma Holanda:

É característico que até nos tipos de habitação adotados por certos grupos indígenas em zonas alagadiças e sujeitas a mosquitos se exprima essa necessidade de proteção à epiderme. Os primeiros europeus que percorreram algumas áreas do coração do continente, sobretudo na bacia do Paraguai, admiraram-se de encontrar choças de entradas tão baixas que mal davam para um homem de gatinhas. A crença corrente no primeiro século da colonização, de que habitava as partes centrais na América do Sul uma fabulosa nação de pigmeus, identificada mais tarde com os goiás, origina-se provavelmente nesse fato.

Todavia, quando aponta as dificuldades que teve de enfrentar a bandeira de Bartolomeu Bueno Filho ao longo da expedição às “Minas dos Guayazes”, não menciona em nenhum momento os esperáveis contatos que deveriam ter sido estabelecidos entre bandeirantes e índios Goyá. Nesse sentido, só relata as conseqüências de um ataque protagonizado pelos índios Kayapó à bandeira do segundo Anhangüera (HOLANDA, 1994, p. 85).

De fato, não foi descoberto nenhum registro escrito que recolha a resistência do índio Goyá às incursões bandeirantes. Diante da lenda negra que se tece sobre os Kayapó, sobre os Goyá reina a auréola lendária de seu destino trágico. O Goyá é apresentado como um índio dócil, de singela escravização e submisso às exigências de colaboração com o invasor. Resulta estranho, porém, que os belicosos Kayapó, nação Jê bravíssima e hegemônica no contorno de Vila Boa, não tivessem subjugado os decadentes Goyá, de genealogia vinculada à dos Tupi. Foram precisamente os Kayapó – os antigos Bilreiros – os que mais atacaram as bandeiras que se aproximavam da bacia do Rio Vermelho, chegando inclusive a se erigirem em constante ameaça até meados do século XVIII para o desenvolvimento do incipiente Arraial de Sant’Anna. Durante a incursão em Goiás da bandeira paulista de Sebastião Pais de Barros (1673) – a última antes da capitaneada pelo Anhangüera Filho (1722) –, os Kayapó teriam urdido uma cilada na confluência do Rio Tocantins com o Araguaia que resultou na perda de um olho de Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, integrante dessa bandeira (ATAIDES, 1991, p. 110). A insegurança criada pelos índios Kayapó, tanto nas estradas que levavam ao povoado de Sant’Anna quanto no próprio local durante a administração do Capitão-Geral D. Luiz de Mascarenhas, é enfatizada por Alencastre (1979) como se segue:

E, se a isto aditar-se a hostilidade dos índios, não só no norte, como principalmente no sul, onde os caiapós chegavam com suas correrias até as portas de Vila-Boa compreender-se-á que os serviço da mineração sofria pequenos tropeços. As hordas selvagens, insaciá-

veis de ódio e vingança, traziam os povos em continuados receios e não poucas vezes levavam diante de si populações inteiras, que, aterradas, abandonavam seus trabalhos e suas casas, para se irem refugiar nos arraiais mais populosos.

Todavia, apesar da escassez de fontes consultadas, Ataides e Bertran fazem alusão a conflitos desatados entre Kayapó e Goyá. Bertran (2000, p. 24) menciona que quando o Anhangüera filho ocupou a nascente do rio Vermelho em 1726 apenas encontrou uma centena de Goyá aos que protegeu instalando-os na sua fazenda da Barra, e atribui esse reduzido número de Goyá ao extermínio que sofreram por parte dos Kayapó antes da Conquista. Ataides, embora também se refira à hostilidade entre ambos os grupos indígenas, fornece uma informação que resulta incompatível com as considerações enunciadas por Bertran. Expõe Ataides (1991, p. 131):

Foi no governo de Luiz da Cunha Menezes, em 1780, que saiu uma bandeira com a intenção de pacificar os Kayapó do Sul, comandada por um soldado raso, chamado Luiz, e 50 índios Goyá e três intérpretes. Durante um ano, correu esta bandeira à procura dos Kayapó do Sul.

É óbvio que, se em 1726, os Goyá só somavam 100 almas é impossível que em 1780 pudessem contribuir com 50 guerreiros à bandeira organizada por Cunha Menezes. Assim mesmo, se for tentada a conciliação desses dados *a priori* contraditórios, observar-se-ia que não poderia ser aceita a hipótese da convivência entre uns índios, os Kayapó, que em 1739, alçando-se a soberanos supremos no Mato Grosso goiano, ainda eram capazes de pôr em xeque a autoridade e os princípios coloniais, e outros índios, os Goyá, que em 1722 se caracterizavam pela sua calma etopéia e pela, quase tão só, testemunhal presença na nascente do rio Vermelho. Poderia ser lançada a hipótese de ter havido um pacto tácito – baseado em interesses recíprocos – de convivência harmônica entre os Jê Kayapó e os Tupi Goyá, mas ela não resistiria a qualquer investiva de análise crítica.

Também não há unanimidade entre lingüistas e historiadores sobre a filiação dos Goyá. Dulce Madalena Rios Pedroso relaciona os Goyá com o Grupo Jê. A autora chega inclusive a afirmar (1994, p. 19) que os Goyá eram “possivelmente um subgrupo caiapó que dominara aquela região [Vila Boa de Goiás].” Por outro lado, Bertran (2000, p. 32) expõe que, caso o grupo dos Goyá não pertencesse à etnia Tupi, “quase certamente seria um ramo Carajá da bacia do rio Vermelho, onde todos os sítios arqueológicos já pesquisados levam a marca Carajá.” É claro, porém, que para alguns dos bandeirantes do século XVIII os Goyá deviam manifestar traços de identidade peculiares, pois se referem a eles de maneira diferenciada. Assim sucede no testamento mandado lavrar em 1730 por João Leite da Silva Ortiz, genro de Anhangüera, no qual se menciona o destino que deve ser dado “a alguns escravos goiá e kayapó, frutos das guerras justas contra esses povos durante o povoamento de Goiás” (MONTEIRO, 1994, p. 137). Por outro lado, nem no *Roteiro* do bandeirante Silva Braga, nem na correspondência emitida pelo governador Rodrigo César de Menezes aparece qualquer alusão aos Goyá. Silva Braga refere-se sempre ao gentio Tapuia e, quando chega a particularizar, menciona só o gentio “Quirixa” (BERTRAN, 2000, p. 74). Rodrigo César de Menezes, na comunicação oficial do descobrimento das Minas à metrópole, indica simplesmente a existência de “Gentios” (GOMES, 1980, p. 35-36). O Capitão-General de São Paulo transmite ao rei de Portugal que a bandeira do Anhangüera II teve que enfrentar, continuamente, uma “multidão de gentios bárbaros” que, em seus ataques, causou a baixa de vinte e dois escravos. Se for aceita a caracterização de indígenas pacíficos, dificilmente essas ofensivas poderiam ser atribuídas aos Goyá.

No âmbito goiano, o mais recente ensaio publicado sobre a tipologia e o destino das populações aborígenes de Goiás é da autoria de Leandro Mendes Rocha (1998). Essa pesquisa centra-se na análise do processo de assimilação e aculturação dos nativos indígenas acontecido na Província de Goiás no período 1850-1889, pondo em relevo as medidas de caráter jurídico-político e sócio-econômico projetadas pelo Estado

imperial brasileiro com o propósito de solucionar os conflitos inerentes à questão indigenista.

Assim, é avaliado o impacto sofrido pelas tribos Akwen, Kayapó, Timbira, Karajá, Canoeiro, Tapirapé e Guayayara após a entrada em vigor das ações planejadas pelo Estado para aprofundar o processo civilizatório de desbravamento e modernização dos sertões de Goiás, concretamente, por meio do estabelecimento de presídios militares, da ação missionária e da organização dos aldeamentos indígenas. Todavia, não há nenhuma alusão aos índios Goyá, de onde se pode deduzir que esses míticos silvícolas não mais constituíam um grupo reconhecível por um *volk-geist* específico.

A primeira relação extensa das nações indígenas de Goiás está contida na *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás*, de autoria do Pe. Luiz Antônio da Silva e Souza. Por ser uma descrição elaborada em 1812, estando o processo de chegada das primeiras grandes bandeiras ainda vivo na memória transmitida pela tradição oral, a obra de Souza e Silva tem o valor de confirmar que, desde a criação da Capitania de Goyaz, a “nação dos Goyazes” já não passava de uma vaga lembrança no imaginário coletivo. Assim, a partir do que deve ter constituído tradição oral goiana e presumíveis pesquisas próprias, Silva e Souza compôs o verbete que condensa a definição que, desde então, é dedicada geralmente para o temo *Goyazes*; “Nação mais branca que o ordinário dos índios desta capitania, e domiciliária no lugar da vila e pelas vizinhanças da Serra Dourada, pacífica e já extinta.” (SILVA E SOUZA, 1967, p. 63). O trágico extermínio dos Goyá é referido pelo padre cronista (SILVA E SOUZA, 1967, p. 13) com expressivo laconismo: “A nação Gojá fugiu aos seus perseguidores, morreram uns, alongaram-se outros, extinguiram-se, e já não existem.” Também descreve o primeiro encontro da bandeira do Anhangüera II com os silvícolas “Goiá”:

mandando alguns dos companheiros na diligência de caça e de mel,
que faziam uma grande parte do seu sustento, apreenderam dois

índios idosos, de nação Goiá, que trazidos e perguntados de modo possível, mostraram o lugar do arraial do Ferreiro, em que se formou o primeiro arranchamento. Como quer que seja, aqui se preencheram os fins do Anhangüera, chegou à meta dos seus trabalhos, viu e venceu.

A credibilidade científica adjudicável a esta prosa de Silva e Souza pode ser questionada se for sopesada a origem das fontes de onde o padre retira os elementos do repertório empregado para a redação da sua história sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz. Assim, Silva e Souza declara (1967, p. 11):

posto que se não acham manuscritos autênticos, que abonem este fato, existe a tradição que nos chegou, e é confirmada por pessoas verídicas, que ouviram de viva voz a Urbano de Couto, sócio desta Expedição, falecido no córrego de Jaraguá em 1772.

Da apreciação dessa declaração infere-se que empecimentos idênticos aos encontrados por Silva e Souza – sobretudo, a ausência de fontes – tiveram que ser igualmente enfrentados, fatidicamente, pelos historiadores que o sucederam na empreitada de reconstrução da gênese colonial de Goiás. De todas as formas, o relatório de 1812 converteu-se em um dos núcleos canonizados do corpus historiográfico utilizável para o desenvolvimento de ensaios que procuram analisar o papel desempenhado pelos índios Goyá no tempo da incursão da bandeira do Anhangüera II. É uma versão difícil de desmentir mas igualmente difícil de confirmar, que tem o valor de ser um dos projetos pioneiros de sistematização das efemérides do território de Goiás.

A questão indígena em território goiano também foi estudada por Marivone Chaim (1974 e 1978) tanto em relação aos aldeamentos do século XVIII quanto no tocante ao lugar ocupado pelos índios dentro da sociedade colonial goiana. Chaim explicita que a descrição do cronista naturalista Silva e Souza integra o leque de fontes por ela utilizadas para enunciar os diferentes grupos tribais do século XVIII. De suas pesquisas

infere-se que os lendários Goyá ainda sobreviventes no século XVIII já não representavam um contingente de população que demandasse a atenção das autoridades e poderes fáticos coloniais. Expõe Chaim (1974, p. 51):

A tribo mais conhecida sob o ponto de vista histórico, extinta ainda no século da colonização da capitania, ou seja, no século XVIII, foi a dos Goyá. Habitava as vizinhanças da Serra Dourada, próximo a Vila Boa, atual Cidade de Goiás. As fontes documentais mencionam-na como o primeiro ocupante do território. Foi escravizada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho e seus companheiros.

Todavia, quando a autora enuncia “as fontes documentais” só faz referência à Carta do governador João Manuel de Mello à Corte, 29/5/1760 (PALACÍN, 1981, p. 14), instrumento mediante o qual o governador enfatizava a responsabilidade dos jesuítas nos roubos e revoltas dos índios da Capitania. Cabe comentar que essa carta centra-se na exposição dos problemas surgidos na administração dos aldeamentos indígenas, nenhum dos quais era constituído por índios Goyá. Por outro lado, não é possível concordar com a asseveração de Chaim a respeito do conhecimento histórico sobre os Goyá. Como já foi indicado, a raridade das fontes existentes tem inviabilizado seriamente o desenvolvimento de qualquer estudo monográfico sobre esses índios.

O historiador cuiabano Joaquim Francisco de Mattos estruturou uma inovadora argumentação, bastante provocadora e radicalmente oposta às expostas, para rematar sua exposição, concluindo “JAMAIS HOVE QUALQUER TRIBO DE ÍNDIO GOIÁ NA CAPITANIA DE GOIÁS!” (MATTOS, 1980, p. 92). O autor é do parecer de que o nome Guayazes/ Goyazes foi dado erradamente pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho aos índios Kayapó, nação indígena que habitava o norte de São Paulo, todo o atual Triângulo Mineiro e a região do Mato Grosso goiano. Segundo o autor, esta confusão teria seus alicerces em uma crença que circulava entre os bandeirantes paulistas de que na margem mineira do rio Grande existiria uma tribo tupi de nome “Guayana”.

Para justificar esta apreciação, Mattos expõe, por um lado, que o Anhangüera I nunca esteve no atual território goiano. Segundo ele, “os campos habitados pelos goiazes eram, em verdade, aqueles mais próximos de Piratininga, região de Campinas, no altiplano paulista. [...] Sendo os sertões dos goiazes situados no altiplano paulista, diversos autores afirmam que a tribo do gentio GOIÁ habitava a Capitania de Goiás (!) balela repetida impunemente” (MATTOS, 1980, p. 100-101). Isto é, Mattos não nega a existência dos Goyá mas situa seu habitat na boca do sertão, localizando, nas margens do rio Grande, o extremo limite da sua zona de ocupação. Por outro lado, Mattos nega que o rio Paraupava possa ser identificado com o Araguaia, situando-o na região litorânea, no sopé da Serra do Mar e da Mantiqueira. Além disso, baseado em Taunay, o autor acredita que os Goyá teriam sido praticamente extintos no século XVI devido a sucessivos surtos de cólera. Assim, a anedota segundo a qual Bartolomeu Bueno da Silva, pai, usou da estratégia de prender fogo na aguardente para ameaçar o gentio. Teria surgido de um fato sucedido na região limítrofe entre São Paulo e o atual Estado de Minas Gerais (MATTOS, 1980, p. 127). Mattos recusa-se a aceitar que a história da aguardente inflamada narrada por Vasconcelos (1999, p. 136) e Alincourt (1825) possa ter acontecido perante os – para ele inexistentes – índios Goyá. Se for verídico o juízo emitido por Mattos, levanta-se, em consequência, a dúvida: Quem deu o apelido “Anhangüera” – diabo velho – (FERREIRA, 1999, p. 142) a Bartolomeu Bueno da Silva? Conclui-se que a lenda da cachaça queimada, dos índios e do bandeirante resulta de difícil exegese; só se pode demonstrar convicção a respeito da diáfana origem tupi do vocábulo. O historiador cuiabano remata sua exposição salientando que: “a denominação de Goiás surgiu da designação do gentio habitador da região norte de Piratininga, da nação guayána, pacífica, donde derivou o nome guayá e goyá (Goiás), conforme se demonstrou, que ao tempo do descobrimento era conhecida por sertão dos goiases, conforme diz a carta de 7/5/1726”.

Embora a hermenêutica histórica desenvolvida por Mattos esteja sempre fundamentada e amparada na interpretação de fontes, a que se

refere rigorosamente por meio de citações e notas, sua argumentação comete um equívoco atroz, se considerada no conjunto de trabalhos dedicados à antropologia indígena no Brasil: a diferenciação entre os Goyá – goianos – e os Goianás – mineiros. Para Mattos, pelo contrário, Guaiá, Goiá, Guaiazes, Guaianazes, Goianazes, Goyanazes, Guanás, Guaianás, Guayana e Goianás são variantes de um mesmo gentílico.

CONCLUSÃO

Diante das incertezas que cingem o topônimo Goiás, há um dado inquebrantável: o primeiro documento oficial publicamente conhecido, até o momento, onde está contido o vocábulo – figurando como topônimo – é a *Carta* do governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes ao Rei de Portugal, D. João V, aos 24 de abril de 1725; e dele obtém-se a informação de que a primeira representação gráfica do topônimo é a de “sertão dos Goyazes”. Contudo, não há nenhum dado que permita estimar que houve um processo de reflexivo debate por parte das competentes instâncias oficiais ao redor da conveniência ou adequação em batizar a nova parte explorada do sertão, com o topônimo *Goyazes* ou *Guayazes*, ou com a forma em singular *Goyaz*. A partir da documentação colonial verifica-se que esses termos existiam, e já eram conhecidos e empregados, muito antes da demarcação das lindes dessa nova parte do sertão cujo desbravamento estava sendo iniciado. Do impreciso registro “sertões” passou-se ao “sertão dos Goyazes” sem prévia explicação a respeito das motivações que conduziram à decisão de especificar, mediante esses termos, a nomenclatura topográfica. Assim, no novo espaço percorrido pelo Anhangüera II, o ambíguo e lendário *Goyazes* encontrou um território sem nome sobre o qual se projetou com força demiúrgica.

Por outro lado, a única relação etimológica factível para “Goiás” é com a língua tupi. O grupo lingüístico constituído pelas línguas e dialetos Macro-jê não oferece nenhum lexema que possa ter funcionado como a

fonte do topônimo. Dessa forma, o significado “gente parecida” é o único associável ao termo. Se essa “gente semelhante”, isto é, se os índios Goyá, existiram ou não no coração do Brasil continua a ser uma “verdade de fé”.

ABSTRACT

This article aims to clarify the origin of toponym “Goiás” and its process of fixation through the diverse graphic variants that it received until the establishment of its present form.

KEY WORDS: Toponymy, etymology, history of Goiás.

NOTAS

1. Deve ser esclarecido que os vocábulos introduzidos neste artigo relativos a esse topônimo, ou a denominações genealógicas, quando inseridos em citação, respeitam a forma utilizada pelo autor a quem se faz referência.
2. O *Livro de Registro de 1749* guarda-se no Arquivo Público de Goiás. Compõe-se de 249 folhas, numeradas e rubricadas pelo Conselheiro Tomé Gomes Moreira das quais tão só 14 foram utilizadas. Registra as contas que prestaram à Sua Majestade os Governadores e Capitães-Generais da Capitania de São Paulo. Este é o documento mais antigo conservado no Arquivo Público Estadual.
3. O *roteiro anhangüerino* é o testemunho dado pelo alferes José Peixoto da Silva Braga ao cartógrafo oficial para o sertão, o padre Diogo Soares em 25 agosto de 1734 (BERTRAN, 2000, p. 72-76).
4. Em relação a esses acontecimentos, escreveu Brandão (1978, p. 28): “Este governador [D. Luiz de Mascarenhas], depois de ter dado posse [em 25/7/1739] á nova Villa, que foi denominada Villa-Bôa de Goyaz, em atenção a Bueno, seu descobridor e ao índio Goyá que habitava estes lugares, fez demarcação das praças e dos edifícios principaes, mandou construir o Paço da Comarca e Cadêa, reunindo-se a Camara pela primeira vez no dia 1º de Agosto de 1739.”
5. Conforme normas da convenção assinada no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1953, por ocasião da “1ª Reunião Brasileira de Antropologia”,

e publicadas na *Revista de Antropologia* (1954), deve ser usada a grafia “Goyá” para se referir ao correspondente povo indígena.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*, 2.ed. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

ALINCOURT, Luis d'. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. In: MATTOS, Joaquim Francisco de. *Os caminhos de Goiás*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.

ATAIDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. 1991. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

CHAIM, Marivone Mattos. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811)*. Goiânia: Oriente, 1974.

_____. *A sociedade colonial goiana*. Goiânia: Oriente, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOMES, Tomé. Cartas dos Governadores in Registro do Caminho Novo do Parati. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*, Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, n. 2, p. 33-55, out. 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Obras imortais da nossa literatura*, 45. São Paulo: Editora Três, 1974.

MATTOS, Joaquim Francisco de. *Os caminhos de Goiás*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirante nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PALACÍN, Luis. *Sociedade colonial (1549-1599)*. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

_____. *História de Goiás em documentos: I. Colônia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *Panorama histórico de Goiás indígena: 1722/1889. O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1992.

SILVA E SOUZA, Luís Antônio de. *O descobrimento da Capitania de Goyaz*. Goiânia: Ed. da UFG, 1967.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias, introdução de Basílio de Magalhães. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. *História média das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias, introdução de Basílio de Magalhães. 4.ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1999b.